ENTREVISTA COM A DOUTORA DEBORAH DUPRAT (6ª CÂMARA/MPF-PGR) POR FABIO MURA E ALEXANDRA BARBOSA DA SILVA (MAR./ABR. 2015)

Temos visto nos últimos anos um crescente ataque aos direitos constitucionais, sobretudo no tocante à regularização fundiária de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Nesta via, ocorre também que os processos administrativos são massivamente judicializados, acarretando-se uma paralisia sua quase total. Do seu ponto de vista, nesta conjuntura, qual o papel da perícia antropológica e quais expectativas existem no mundo jurídico com relação a elas?

Deborah Duprat: Apesar de a questão territorial de povos indígenas e comunidades tradicionais ter sofrido sérios reveses nos campos político, administrativo e judicial, o ganho que precisa ser capitalizado é a afirmação, contida no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, de que a definição de área indígena se dá necessariamente mediante laudo antropológico. O Brasil, ao contrário, por exemplo, de Bolívia e Equador, pouquíssimo avançou na compreensão do pluralismo e, especialmente, da interculturalidade, esta vista como relação, comunicação e aprendizagem permanente entre pessoas, grupos, conhecimentos, valores, tradições, lógicas e racionalidades distintas. A necessidade de mediação antropológica, que revela a maneira como se dá a organização social do grupo pesquisado, e a sua projeção espacial, é, de um lado, um passo importante no reconhecimento da autodeterminação desses povos, e, de outro, um fator de inibição para que órgãos do Estado, a partir de visões essencialistas e autoritárias, se arvorem o papel de definidores dos limites desses territórios.

No entanto — e é a Antropologia a primeira a nos ensinar —, é igualmente essencialista a imagem de comunidades que se encerram em si próprias, vistas como totalidades despidas de elementos contraditórios e instáveis. A despeito de permanecerem distintas, são atravessadas

constantemente pelo entorno. Por isso, a expressão “cultura autêntica” é destituída de sentido: a cultura não está fora da história, das mudanças e das intervenções políticas. Nesse sentido, o laudo antropológico não pode se eximir de descrever a relação do grupo com o seu entorno. Esse é um dado de bastante importância, na medida em que permite maior inteligibilidade, por parte de todos os atores, dos critérios que nortearam a conclusão antropológica. E também, em larga medida, nos livra de sairmos de uma espécie de positivismo para cairmos em outro.

Alguns posicionamentos de juízes na Austrália têm reconhecido a relevância do convívio e da proximidade do antropólogo com os grupos pesquisados para o aprimoramento dos dados levantados na elaboração de perícias judiciais. Eles, assim, entraram no mérito das características científicas e técnicas de uma disciplina como a Antropologia, reconhecendo suas especificidades e avaliando-as por sua qualidade, sem advogar, portanto, uma suspeição em relação a estas. No Brasil vê-se ocorrer o contrário, com juízes desconsiderando esta especificidade e, assim, gerando um paradoxo: quanto mais o antropólogo tem aproximação e conhecimento aprofundado sobre um determinado grupo, mais tem sido recusado como perito por supostamente carecer de isenção de suspeição. Qual a sua visão a esse respeito, e como pensa que se poderia superar esse paradoxo?

D.D.: Há, no Judiciário brasileiro, pouca compreensão da questão étnico-cultural, tanto no contexto do Direito nacional, quanto no do Direito internacional, aliás, especialmente deste. Isso conduz a uma incompreensão também do que seja a Antropologia. E, a despeito de o Direito ser igualmente uma ciência social, os paradigmas da objetividade e da neutralidade, tais como pensados outrora nas Ciências Exatas, seguem sendo quase um fetiche para os juízes. Daí por que me parece que o aumento da judicialização dos procedimentos de demarcação significarão, ao final, um ganho, por permitir ao Judiciário estudo, reflexão e compreensão dessa temática. Por outro lado, no papel de coordenadora da 6ª Câmara do MPF, tenho procurado estabelecer diálogo com as escolas da magistratura, com o Conselho Nacional de Justiça e com o Conselho de Justiça Federal, para que, de um lado, o tema seja objeto de pelo menos uma questão no concurso para juiz

federal e, de outro, para que ele faça parte de cursos regulares da magistratura, especialmente o de ingresso na carreira.

É fato que o sistema jurídico brasileiro fundamenta-se fortemente no Código Civil, o qual tem na propriedade privada um princípio basilar. A Constituição Federal, por seu turno, promove direitos coletivos, e especificamente no que tange a terras indígenas tradicionalmente ocupadas, torna nulos os títulos de propriedade que venham sobre elas incidir. Assim, embora, no arcabouço jurídico, a Carta Magna deva ser soberana, pelo que se assiste dos resultados dos julgamentos nesta seara (ou seja, a partir de um ponto de vista externo, de espectador), tem-se uma impressão de que há uma tendência de parte de juízes a tomar o princípio do Código Civil como o justo (ou o princípio constitucional como injusto, o que dá no mesmo). Consequentemente, são produzidos sérios impasses. Da sua perspectiva, que é interna, a partir do MPF, como esta questão é vista?

D.D.: Há, de fato, no Judiciário brasileiro, uma cultura muito forte no sentido da proteção da propriedade privada. As decisões mais recentes do Supremo Tribunal Federal, especificamente de sua 2ª Turma, revelam exatamente a preocupação em se estabelecer, para os proprietários, segurança jurídica. Há a percepção de que a nulidade de um título de propriedade a qualquer época, em situações em que não se verifica a presença de indígenas naquele espaço territorial, por longo período de tempo, é injusta, porque eventual esbulho teria se dado no passado, e por ele não pode responder o atual proprietário. A mesma compreensão se deu no que diz respeito à ampliação de terras indígenas: a União, ao concluir o processo demarcatório de uma área, autoriza que aqueles que estão fora projetem sua vida com a certeza de que suas propriedades não serão atingidas no futuro. Mais uma vez, a ideia principal é a da segurança jurídica, que é um princípio central num Estado de Direito. O que falta trazer para essa discussão é exatamente a dimensão indígena, revelada pelos estudos antropológicos. A posse do Direito Civil não dá conta de um instituto de natureza constitucional — o território étnico-cultural —, além de favorecer uma das partes do litígio, exatamente aquela que está sob a proteção do Direito Civil. Há, para o futuro, um papel fundamental do antropólogo

na elaboração de seu laudo, que é a demonstração de como se dá a posse para um determinado grupo, e a correlata noção de resistência a eventual esbulho. Não se pode exigir de qualquer grupo que o seu direito esteja a depender de uma rebelião, de uma luta armada. De resto, considerando o nosso rasgo colonial, presente até a atualidade, já se saberia, de antemão, o destino desse grupo.

Nos estudos antropológicos, as relações entre indivíduos e territórios são entendidas como usos sociais dos espaços acessados, bem como dos elementos materiais e imateriais que neles se encontram e circulam. Este proceder leva a compreender estes espaços geográficos como áreas de domínio de grupos específicos. Particularmente no caso de povos indígenas, comunidades quilombolas e outras similares, estes domínios são geralmente de uso de coletividades, formadas por unidades domésticas e parentelas, implicando dinâmicas territoriais em que o direito individual está regulado e subordinado a formas coletivas de administrar não apenas as diversas posses, mas também a reprodução física e cultural dos grupos que dependem dessas posses. Este entendimento parece ser, por um lado, pouco compreendido pelos juízes. Já por outro, ele parece ser também contrastado por aqueles magistrados que se regulam pelo modelo dominante de desenvolvimento e de progresso de um país, que atribuem, portanto, a essas especificidades, o rótulo de “atraso”. Assim, como na área do Direito são discutidas tais questões, e em que medida a noção de “domínio” — nesses termos aqui colocados — se apresenta neste debate?

D.D.: Todas essas questões são bastante recentes para o Direito, considerando que houve uma virada paradigmática, tanto no plano interno, com a Constituição de 1988, quanto no plano externo, com a Convenção 169-OIT. Concordo que a noção de domínio, tal como vem sendo utilizada pela prática administrativa, é também ela uma importação do Direito Civil. Como consequência, a primeira providência é a colocação das cercas, das fronteiras. Assim agindo, o Estado acaba interferindo na dinâmica dos grupos e subvertendo-a. No entanto, esse agir, no mais das vezes, é ainda produto de desconhecimento. Não podemos ignorar que estamos a falar de grupos que o processo colonial e mesmo o formato de Estado-nação foi invisibilizando ao longo do

tempo. Mais invisíveis ainda são as práticas que ocorrem no interior desses grupos. A Convenção 169 da OIT, que considero um instrumento normativo de grande potencial descolonizador, potencializa a voz desses grupos no contexto dos sistemas jurídicos nacionais. A alteração das práticas do Estado, no âmbito dos três Poderes, só ocorrerá se esses grupos exigirem ser ouvidos e levados a sério.

Quando se instaura um conflito fundiário, enquanto não se chega a seu termo, a partir de uma determinação judicial, quem está na posse da terra geralmente tem permanecido nela, continuando a explorar economicamente essa terra. Tal procedimento tem favorecido estratégias de setores mais opulentos da sociedade brasileira, os quais buscam judicializar os processos administrativos não tanto pela convicção de que ao final terão êxito, mas pelos benefícios oriundos da paralisação por tempo indeterminado que tais ações têm comportado. De fato, este estado de coisas parece premiar os efeitos consequentes de políticas coloniais e neocoloniais, que em muitos casos desalojaram grupos aos quais hoje, em vista da Constituição, se pretende reconhecer direitos outrora desrespeitados ou não contemplados. A decisão de grande parte dos juízes, quando da ocupação de uma terra disputada, é conceder a reintegração da posse total para aquele que a detinha antes da instauração do conflito. Assim fazendo, não contemplam a possibilidade de se compartilhar de forma equilibrada e simétrica o espaço entre segmentos distintos durante o aguardo do julgamento final. A pergunta, portanto, é: esta atitude do Judiciário é ancorada num dispositivo legal incontornável, ou representa apenas um *modus operandi*? Há a possibilidade de o MPF enveredar para impetrar ações que busquem formas mais simétricas e balanceadas de compartilhar o território objeto do contencioso durante os longos períodos dos julgamentos, assim garantindo, pelo menos parcialmente, recursos materiais e imateriais para as coletividades que dele tenham sido expropriadas?

D.D.: O compartilhamento de territórios em disputa começou a ser uma estratégia cogitada pela magistratura do Mato Grosso do Sul. Há, no Ministério Público Federal, a compreensão de que o Judiciário tem uma responsabilidade quanto ao destino das pessoas que ele está deslocando. É uma questão de direitos humanos, que, uma vez afetada, precisa ser solucionada pelos atores envolvidos.

Nas instâncias superiores de julgamento, como o STJ e o STF, quando se trata de conflitos fundiários, parece prevalecer a tendência de se atuar para evitar a ampliação e a radicalização do conflito. Isto se evidencia no fato de que, quando os processos têm chegado ao Supremo, em sua grande maioria acabam por não entrar na pauta de julgamento por muitos anos. Coloca-se, aqui, a impressão de que o julgamento será protelado até que condições políticas e sociais sejam tidas como propícias para se proceder a um veredito. Esta impressão, pois, leva à interpretação possível de que os juízes atuem não apenas baseados em elementos estritamente legais, mas também a partir de interpretações de quadros políticos e sociais. Vista de dentro do mundo jurídico, como é entendida a relação entre os dispositivos legais e as situações concretas de sua aplicação? Os ministros do Supremo não acabariam por ser tendenciosos na medida em que decidem protelar um julgamento a partir de um pré-julgamento das condições em que este deveria ocorrer? E, por fim, do seu ponto de vista, quanto as noções de “desenvolvimento” e de “atraso” podem influenciar na definição dos parâmetros pelos quais são determinados estes pré-julgamentos e na definição de como, na formação dos juízes, se configuram, consolidam e sedimentam os sentimentos do que seria justiça nesses processos?

D.D.: O juiz, como qualquer pessoa, tem suas pré-compreensões, e elas certamente vão influenciar o processo de interpretação da norma. Aliás, isso não é privativo do Direito. Thomas Kuhn e outros filósofos das ciências mostram como esse dado — as compreensões pessoais do pesquisador — interfere no resultado a que se chega. O grande desafio é interferir nesse espírito. Com esse propósito, como dito anteriormente, a 6ª Câmara associou-se à Escola Nacional da Magistratura para que essa temática de indígenas e populações tradicionais integre os cursos de formação inicial e continuada dos magistrados. Há, ainda, bastante desconhecimento, muito mais do que preconceito.